

Informação de Custos dos Cuidados de Saúde

Serviço Nacional de Saúde

A Informação de custos dos Cuidados de Saúde é uma iniciativa do Ministério da Saúde, de abrangência nacional, enquadrada no Programa do XIX Governo 2012, para a área da Saúde, e no Relatório Final do Grupo Técnico para a reforma Hospitalar, com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia do Serviço Nacional de Saúde, podendo induzir uma utilização mais racional dos serviços e o controlo de despesas.

É uma medida estritamente informativa e em nenhum caso implicará a cobrança de qualquer valor acrescido pelos serviços e cuidados de saúde que lhe foram prestados.

A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde deixará sempre bem claro que se trata apenas de uma nota informativa.

O principal objetivo desta medida é dar a conhecer aos cidadãos de forma transparente e clara os custos associados aos cuidados de saúde que recebem, custos estes que são sempre suportados através do orçamento geral do estado.

Perguntas sobre a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde - SNS

Informação aos Cidadãos

1. O que é a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

É um documento informativo em que se elencam os serviços e cuidados de saúde recebidos pelo utente com os preços correspondentes. É meramente informativo, pelo que o utente não terá quaisquer custos acrescidos.

2. O que se pretende com a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

O seu objetivo é dar a conhecer à população e aos profissionais de saúde, o custo dos serviços e cuidados de saúde de que os cidadãos usufruem no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e que representam um grande esforço económico por parte de todos os contribuintes, através dos impostos pagos de forma a garantir uma saúde pública tendencialmente gratuita e universal.

3. Porque se implementa agora a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde implementa-se agora em cumprimento do Programa do XIX Governo 2012, para a área da Saúde, e do Relatório Final do Grupo Técnico para a reforma Hospitalar, em ordem à transparência dos custos, partilha da informação, aumento da eficiência e da eficácia do Serviço Nacional de Saúde, utilização mais racional dos serviços e consequente controlo de despesas.

O Programa do XIX Governo 2012, para a área da Saúde, propõe medidas tendentes à sustentabilidade económica e financeira do sistema de saúde, nomeadamente:

“Sensibilizar os cidadãos para os custos associados à prestação de cuidados de saúde através da disponibilização da informação sobre o custo suportado pelo Estado em cada acto prestado”.

O Relatório Final do Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar refere mais concretamente: *“Informar o cidadão dos seus direitos mas sensibilizá-lo também para os custos das **prestações de saúde** que lhe são disponibilizadas, através da emissão, no acto, de uma **factura proforma** onde conste o custo do respectivo episódio (internamento, consulta, urgência ou sessão de hospital de dia), destacando a componente a seu cargo (taxa moderadora) e o montante que o Hospital facturará ao Estado pelo custo do respectivo episódio.”*

4. Qual a diferença entre Taxas moderadoras e a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde é um documento apenas informativo e não implica qualquer tipo de pagamento ou custo para o utente.

O pagamento de taxas moderadoras no acesso aos cuidados de saúde, por parte dos utentes, aparece consagrado na Lei de Bases de Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto) e no Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, enquanto uma medida catalisadora da racionalização de recursos e do controlo da despesa, acima de tudo, pelo carater estruturante que as mesmas assumem na gestão, por via da moderação da utilização dos recursos disponíveis, que são, por definição, escassos.

Assim, no acesso à prestação de cuidados de saúde no âmbito do SNS, ou de entidades convencionadas com o SNS, apenas podem ser cobradas aos utentes as taxas moderadoras legalmente estabelecidas, não sendo admissível a cobrança de quaisquer outros montantes relativos aos cuidados de saúde que lhes forem prestados.

5. Em que serviços tem aplicabilidade a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

Numa fase inicial aplicar-se-á apenas em meio Hospitalar, abrangendo Urgência, Consulta Externa, Meios Complementares de Diagnóstico e mais tarde, Internamento.

Terá início num Hospital e Serviços piloto e posteriormente será alargado a todo o país e a outros níveis de prestação de cuidados de saúde.

6. Quando será generalizada a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

A implementação desta medida implica a adaptação dos sistemas informáticos, a preparação de suportes informativos e a formação dos profissionais, prevendo-se uma implementação progressiva a partir de agosto de 2012.

7. Em que países se aplicaram medidas similares?

Nos países nórdicos existe uma ampla tradição em fomentar a transparência dos custos dos serviços públicos, incluindo da saúde, que pagam os cidadãos com os seus impostos, de forma que também se emitem as chamadas "shadow invoice" cuja tradução é "fatura sombra", ou "fatura proforma".

Em Espanha, a implementação da "Factura Sanitária Informativa" passou por diversas fases e envolveu diferentes estratégias de implementação. Em março de 2010 foi assinado um acordo no Conselho Interterritorial do SNS no sentido de "...desenvolver estratégias educativas, informativas e organizativas que inclua a difusão de conhecimento do custo dos serviços de saúde (...) mediante facturas sombra...".

Em Espanha esta iniciativa faz parte das medidas para garantir a sustentabilidade e a coesão do SNS em matéria de eficiência e controlo de custos. Nesse sentido, foi determinado através do programa do governo a implementação do projecto a nível nacional.

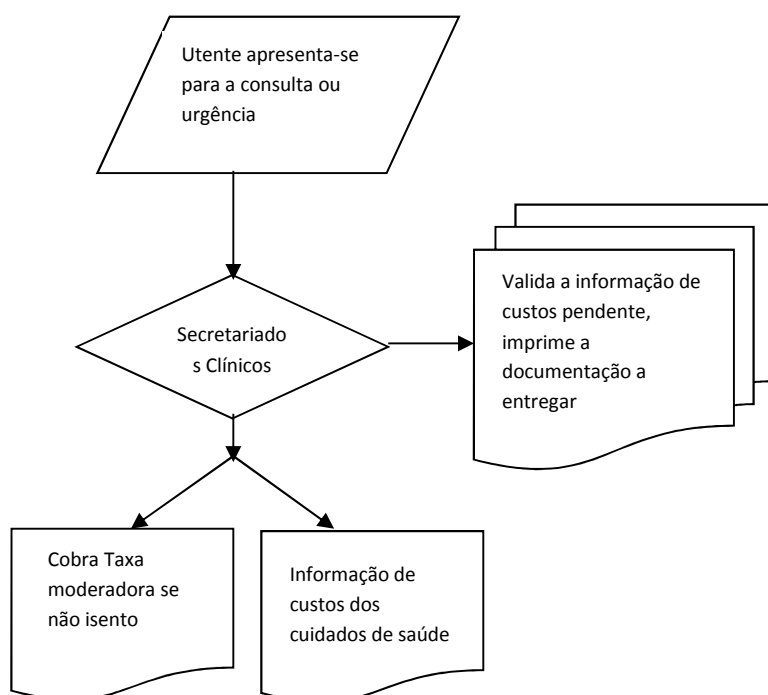
8. Em que momento vai ser entregue a Informação de Custos dos Cuidados de Saúde?

A informação de custos dos Cuidados de Saúde deve ser, preferencialmente, entregue em simultâneo com a cobrança de Taxas Moderadoras, ou seja, “as taxas moderadoras são devidas e devem ser pagas no momento da apresentação do utente na consulta, admissão na urgência ou realização da sessão de hospital de dia ou, ainda, no momento da realização de atos complementares de diagnóstico e terapêutica.”

Para os utentes isentos ou para os atos em que o utente for isento do pagamento de Taxas Moderadoras, a entrega da informação de custos deve ocorrer no mesmo momento que para o utente não isento.

A informação dos custos dos atos não programados inicialmente, e que venham a ocorrer nos episódios de consulta, urgência ou durante a realização de exames ou tratamentos, ficará pendente e será comunicada ao utente aquando do próximo contato ou quando o hospital proceder ao envio da informação dos valores de Taxas Moderadoras em dívida. Neste caso, para os utentes isentos, apenas será entregue a informação de custos aquando do próximo contato.

Informação de custos dos cuidados de saúde



8. A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde também se aplica no internamento?

No caso do internamento, uma vez que o custo do episódio de internamento depende da necessária codificação clínica, encontra-se em análise o procedimento que irá ser adoptado a nível nacional.

Existem ainda outros custos relevantes que o SNS suporta, nomeadamente com a dispensa de medicamentos pelas farmácias hospitalares, com as comparticipações dos medicamentos adquiridos pelos doentes nas farmácias de oficina e ainda com os custos do transporte de doentes não urgentes cujo procedimento a implementar se encontra em análise.

9. A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde será entregue a todos os utentes ou haverá exceções?

A Informação de Custos dos Cuidados de Saúde não será entregue no caso dos utentes falecidos em ambiente hospitalar, utentes privados (fatura igual aos custos) e no caso da existência de terceiros responsáveis (companhias de seguros).

10. Em caso de dúvida a quem se podem dirigir os utentes?

Em caso de dúvida os utentes podem obter esclarecimentos junto dos profissionais que realizam a entrega da Informação de Custos dos Cuidados de Saúde.

Nos casos do envio por via postal, os utentes podem dirigir-se às respetivas Instituições ou Serviços prestadores dos cuidados.

Poderão ainda recorrer aos meios de contacto já disponíveis:

- Linha de Saúde 24 – 808 24 24 24

- Email: custos.sns@acss.min-saude.pt

11. Os custos constantes da Informação diferem entre instituições ou serviços?

Os custos que vão ser comunicados ao utente são idênticos para todas as instituições ou serviços do SNS.

Nesta fase de implementação do projeto, serão utilizados os custos definidos por aproximação aos preços do SNS, considerando que estes preços foram apurados a partir da informação dos custos médios verificados nos Hospitais do SNS.

Estes custos serão os que resultam da aplicação do Regulamento das Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde publicado na Portaria 132/2009, de 30 de Janeiro com as alterações publicadas na Portaria 839-A/2009, de 31 de Julho.

No caso da urgência, o preço dos serviços utilizado na Informação de Custos foi calculado considerando apenas os custos directos referentes à rubrica de custos de pessoal.

12. Porque se aplica um custo idêntico para todos os serviços e não se considera o custo real de cada episódio?

O principal objetivo desta medida é informar os utentes dos custos médios suportados pelo SNS globalmente, e não das diferenças de custos caso fosse assistido em instituições diversas.

13. Como se calculam os preços que integram o Regulamento das Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde?

O preço dos serviços calcula-se com a soma dos custos directos das unidades ou serviços (custos de pessoal, custos de medicamentos, custos de material de consumo clínico...), e os custos indirectos correspondentes à atividade realizada por outros serviços (bloco operatório, meios complementares de

diagnóstico e terapêutica, como análises, radiografias...), incluindo ainda os custos estruturais inerentes ao funcionamento dos serviços (custos de água, luz, alimentação, limpeza, manutenção, administração...).

Os custos determinados por linha de produção (consultas, internamento, urgência e outras) são distribuídos pelas respetivas quantidades produzidas.

O crescente aumento das necessidades de cuidados de saúde da população tem sido correspondido com um aumento dos cuidados prestados no âmbito do SNS, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

| Atividade | 2009 | 2010 | 2011 |
|--------------------------------|------------|------------|------------|
| | QTD | QTD | QTD |
| N.º doentes saídos | 847.921 | 856.043 | 837.810 |
| N.º dias de internamento | 6.438.050 | 6.586.047 | 6.485.531 |
| N.º episódios urgência | 6.280.625 | 6.410.851 | 6.416.281 |
| N.º cirurgias | 555.436 | 555.560 | 541.369 |
| N.º cirurgias ambatório | 262.146 | 274.488 | 274.334 |
| N.º consultas médicas | 10.396.136 | 10.810.530 | 11.081.028 |
| N.º sessões de hospital de dia | 1.191.638 | 1.218.411 | 1.251.138 |

14. Como irá ser avaliada a implementação desta medida?

Através das respostas ao inquérito de opinião e satisfação dos utentes, através da recolha de informação juntos dos profissionais envolvidos na sua distribuição e ainda em função dos dados que resultam das sugestões, reclamações, pedidos de esclarecimento e outras comunicações.